

As vozes por trás do triplo teto de vidro: mulheres negras no telejornalismo do DF

Maria Antônia Meneses Marquez de Amorim¹

RESUMO: O artigo analisa a perspectiva e a realidade de jornalistas negras brasileiras que atuam no telejornalismo local e nacional a partir do Distrito Federal. Como fontes, foram identificadas e entrevistadas quatro profissionais do telejornalismo no DF: Julliana Lopes e Basília Rodrigues, da CNN Brasil, Karla Lucena, da TV Globo, e Thalita Oliveira, da TV Justiça. Após entrevistá-las acerca de temas como racismo, feminização e desigualdade de gênero no jornalismo, representação do negro na TV, telejornalismo no DF e o trabalho de jornalistas negros, chega-se à conclusão que as profissionais negras enfrentam o chamado “triplo teto de vidro” (MOURA e COSTA, 2018; MOURA, 2019), com barreiras de gênero, raça e classe.

Palavras-chave: 1. Telejornalismo, 2. Racismo, 3. Mulher, 4. Raça, 5. Gênero.

ABSTRACT: The article analyzes the perspective and reality of black journalists who work on television. As sources, four television journalism professionals were identified and interviewed in the Federal District: Julliana Lopes and Basília Rodrigues, from CNN Brazil, Karla Lucena, from TV Globo and Thalita Oliveira, from TV Justiça. After interviewing them on topics such as racism, feminization and gender inequality in journalism, representation of black people on TV, television journalism in the Federal District and the work of black journalists, it is concluded that black professionals face the so-called “triple glass ceiling” (MOURA e COSTA, 2018; MOURA, 2019), with barriers of gender, race and class.

Keywords: 1. Television journalism, 2. Racism, 3. Woman, 4. Race, 5. Gender.

¹ Graduanda em Jornalismo pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: mariaantoniameneses@gmail.com
Sob orientação da Prof^ª Dra^ª Dione O. Moura. E-mail: dioneoliveiramoura@gmail.com

INTRODUÇÃO

Falar sobre a representação da raça negra e do gênero feminino no telejornalismo é desafiador, se considerarmos a baixa visibilidade e presença de mulheres negras à frente de telejornais, seja como âncoras, apresentadoras ou repórteres. O desafio é ainda maior quando falamos do contexto brasileiro, onde mais da metade da população é negra, 54%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), mas ainda carece de negros ocupando espaços comuns e de essencial visibilidade na sociedade, como o jornalismo.

Segundo a pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro (2021)*, coordenada por Samuel Lima, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a presença de pessoas negras entre os jornalistas no Brasil cresceu de 23% em 2012 para 30% em 2021. Porém, o percentual de negros entre os jornalistas continua inferior à presença de pretos e pardos no Brasil.

Os autores da pesquisa, respondida por 7.029 jornalistas, acreditam que o aumento de pessoas negras na profissão é “resultante da combinação entre cotas nas universidades, ações por mais diversidade no mercado e autoidentificação impulsionada pelo avanço das lutas antirracistas na sociedade na última década” (UFSC, 2021). Entretanto, o perfil majoritário dos jornalistas brasileiros continua sendo o de mulheres (58%), brancas (68%), solteiras (53%), com até 40 anos, semelhante ao resultado do estudo anterior, de 2012.

As mulheres negras têm menos oportunidades, revelando a falta de representação das jornalistas pretas na profissão, é o que acreditam 86,4% das jornalistas que integraram o levantamento *Desigualdade de Gênero no Jornalismo*, realizado em 2016 pelo Coletivo das Mulheres Jornalistas do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal (SJPDF), que contou com a participação de 535 profissionais.

Esses dados refletem o contexto brasileiro, país que ainda possui dinâmicas sociais enraizadas a partir de estruturas do racismo, da exclusão social de pessoas negras e racialização da população em todos os espaços. Sodré (1995), defende que as representações racistas começaram a exacerbar-se no nosso país, enquanto sistema de pensamento institucional, ainda na época da Independência (1822). Desde esse período, os negros foram excluídos do pacto social que instaurou a nova ordem no país.

Por isso, dá-se a importância de estudar e debater o racismo na sociedade brasileira e, no caso específico desta pesquisa, no telejornalismo. Esse tipo de produto jornalístico tem, na imagem, o seu alicerce principal para transmissão de informação, segundo Sodré (1995). Além disso, a TV é o meio de comunicação de maior penetração no Brasil, e os noticiários são uma das principais programações assistidas pelo telespectador brasileiro, como mostram dados do Kantar IBOPE Media (2015). Resultados semelhantes são encontrados na Pesquisa Brasileira de Mídias (2015): em uma amostra total de 18.312 respondentes, 74% usam mais a TV como principal meio de comunicação para se informar sobre o que acontece no Brasil.

Soma-se a isso a feminização da profissão, que, segundo Temer e Nunes (2014), já é um aspecto visível nos cursos de jornalismo. Sendo que, conforme pesquisa das mesmas

autoras, a presença das repórteres mulheres é majoritária nas coberturas de cultura, superando o dobro do número de repórteres do sexo masculino. Nesse sentido, Temer e Nunes afirmam que “ainda que a presença feminina seja percentualmente maior nos assuntos culturais, ela é também um reflexo cada vez mais visível da presença das mulheres nas redações de telejornalismo” (TEMER e NUNES, 2014, p. 213).

Ainda que seja visível a presença feminina na profissão, essa característica não é automaticamente refletida na igualdade de oportunidades. As jornalistas negras enfrentam barreiras para ascender na carreira, por intermédio de um “teto de vidro”, como apontam os estudos da pesquisadora Dione Moura e equipe (MOURA e COSTA, 2018; MOURA, 2019), ao qual minha pesquisa vem integrar. Teto de vidro este que, para as mulheres negras, envolve características de gênero, raça e classe, tais como “menor salário, menos posições de chefia e menos presença em situações de visibilidade no jornalismo – exemplo de repórteres de TV e âncoras de telejornais” (MOURA e COSTA, 2018, p. 203). Dessa maneira, essa pesquisa tem por objetivo analisar a perspectiva sobre raça, gênero, telejornalismo e profissão de jornalistas negras sob ação desse triplo teto de vidro.

Portanto, tendo as discussões sobre gênero, raça, jornalismo e televisão como premissa, busco analisar como é a realidade de jornalistas negras que atuam no telejornalismo, e como se dão os desafios, avanços, as desigualdades e oportunidades da profissão jornalística, sob a ótica de quatro mulheres negras que atuam no telejornalismo do Distrito Federal.

2. REVISÃO TEÓRICA

2.1. RAÇA

2.1.1. RAÇA, RACISMO E IDENTIDADE RACIAL

Para entender a realidade das mulheres negras no telejornalismo, é preciso retornar alguns passos, a fim de demonstrar por que elas são minoria na profissão e como este fato pode influenciar na realidade da rotina de trabalho para essas jornalistas. Por isso, é importante buscar a definição de alguns conceitos que serão utilizados na pesquisa. Um deles é o conceito de raça, que, segundo o antropólogo Kabengele Munanga (2003), não é biológico e sim ideológico, pois remonta a relações de poder e dominação. Além disso, para Munanga, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura da sociedade e as suas respectivas relações de poder. Segundo Kabengele Munanga (2003):

Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico. Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares (MUNANGA, 2003. p. 6).

A partir dessa definição do termo raça, o antropólogo define o racismo como “uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas” (MUNANGA, 2003, p. 8). Tal crença busca provar que os aspectos físicos ou biológicos de um grupo podem influenciar diretamente nos campos moral, intelectual e cultural deste mesmo grupo. Segundo Munanga, o racista cria, em sua cabeça, grupos sociais com traços culturais, linguísticos, religiosos, entre outros, que ele acredita serem inferiores às características do seu grupo.

Para Munanga (2003), o racismo está adquirindo uma nova forma, que se baseia em diferenças culturais e identitárias para ser praticado pelos grupos racistas. A partir disso, tendo em vista essa nova forma do racismo, para afirmar sua identidade, os movimentos negros recorrem e “exigem o reconhecimento público de sua identidade para a construção de uma nova imagem positiva que possa lhe devolver, entre outros, a sua autoestima rasgada pela alienação racial” (MUNANGA, 2003, p. 11).

Assim como Munanga, os pesquisadores Joaze Bernardino-Costa, Sales Augusto dos Santos e Valter Roberto Silvério (2009), consideram que a construção social do conceito de raça explica fenômenos de desigualdades sociorraciais, além das diferentes chances de mobilidade para negros e brancos no Brasil. No artigo, os autores demonstram que a raça, junto a outras dimensões sociais, como as categorias classe social, gênero, sexo, idade e orientação sexual, explicam o fenômeno da desigualdade social entre negros e brancos na sociedade brasileira.

As desigualdades sociorraciais no Brasil são recorrentemente percebidas como desigualdades de classes, o que resulta na equivocada compreensão de que o racismo à brasileira é um racismo sem racistas (BERNARDINO-COSTA, SANTOS, SILVÉRIO, 2009, p. 220).

Como realidade das relações étnicas brasileiras, Maria Batista Lima (2008) traz luz à mestiçagem, já que o conceito é historicamente utilizado como um mecanismo que vai contra a constituição de uma identidade negra brasileira.

À título de contextualização, as identidades negras são concebidas como construções múltiplas, complexas, social e historicamente construídas com base em matrizes africanas, e estão presentes nas relações sócio-culturais, políticas e históricas que surgiram a partir do sequestro de africanos para o Brasil (SODRÉ, 1999, apud LIMA, 2008). Segundo Lima (2008), este caráter histórico, social e cultural das identidades marca os conceitos de afrodescendência e etnia como parte da trajetória histórica da população negra em relação a outros grupos. Assim,

As identidades são imbricadas na semelhança a si próprio, e na identificação e diferenciação com o outro e se constituem em foco central nas relações sociais, sendo continuamente construídas a partir de repertórios culturais e históricos de matrizes africanas, e das relações que se configuram na vivência em sociedade, sendo que sua existência tem as marcas das relações processadas ao longo dos séculos de exploração do escravismo (LIMA, 2008, p. 39).

Como exposto anteriormente, para Lima (2008), as etnias negras brasileiras constituem-se de raízes históricas, sócio-culturais e políticas, marcadores da formação populacional do Brasil na época do escravismo, e de relações estabelecidas tanto nas ancestralidades distantes quanto nas vivências contemporâneas. Dessa forma, Lima propõe que:

Pensemos sob múltiplas perspectivas, da raça social negra e do enfoque étnico para se ampliar as investidas em termos de políticas públicas para além do combate aos racismos, pensando na compreensão do campo das relações étnicas a partir da presença, da produção, dos sentidos positivos e não somente pelas ausências e negações produzidas por este racismo (LIMA, 2008, p. 39).

Para esse fim, Lima (2008) defende em seu artigo a necessidade de se evidenciar as africanidades brasileiras, como formas de produção intelectual e de cultura brasileira material e imaterial produzida a partir de origem ou base africana. Nesse sentido:

Considero a importância, não só da positivação do “eu” na constituição da auto-estima que motiva o desenvolvimento, mas da explicitação do “nós” a partir dos referenciais ancestrais afrodescendentes positivos nos diversos âmbitos onde essa participação tem sido ocultada (LIMA, 2008, p. 39).

Para além das proposições expostas acima, no contexto desta pesquisa, faz-se necessário ter um olhar atento ao racismo, diretamente interligado com a questão de gênero. Este entrecruzamento é resultado da interseccionalidade, termo cunhado por Kimberlé Crenshaw, em 1989, que, entretanto, continua inserido no contexto da atualidade. Como ratifica Djamila Ribeiro (2016), a partir da interseccionalidade é possível compreender que não pode existir primazia de uma opressão acima das outras. “É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável” (RIBEIRO, 2016, p. 101).

2.1.2. MÍDIA, RACISMO E IDENTIDADE

A partir das definições expostas acima, faz-se necessário entender a relação entre as mídias e o racismo, e como isso influencia em diversos aspectos sociais, culturais e históricos da comunidade afrodescendente. Como ponto de partida, a partir de conceitualização apresentada por Ana Alakija (2012), pode-se definir mídia como:

Todo o conjunto material e imaterial que compõe o universo da comunicação social e a sua dinâmica como uma necessidade existencial das sociedades modernas, e do qual as pessoas cada vez mais dependem para gerir processos individuais ou coletivos (ALAKIJA, 2012, p. 108).

Segundo Alakija (2012), a construção da identidade de um povo se dá através de aparelhos sociais, como a educação e a comunicação, pois esses transmitem valores étnicos e estéticos que, associados a outros elementos, contribuem para composição da identidade étnica. Dessa forma, a mídia pode ser considerada um agente fundamental na alteração do comportamento, interferindo inclusive no próprio processo de emergência da identidade. Assim, a autora defende que a comunicação social, historicamente, tem sido um dos fatores determinantes no processo de construção da identidade étnica dos povos afro-latinoamericanos.

O processo de impedimento de construção de identidades e consciência étnicas, de acordo com Alakija (2012), se deve muito ao sistema de difusão adotado pela mídia, com a transmissão ocorrendo sempre do “norte” para o “sul”, com países do norte como emissores e países do sul como receptores. Tal fenômeno ajudou na ascensão de valores sociais,

políticos, econômicos e culturais dos países emissores nos receptores e contribui com a fixação do racismo nas Américas.

De acordo com Alakija (2012), o efeito da identificação gera o reconhecimento, em si próprio, de algo que é perceptível em alguém (e vice-versa), mecanismo que funciona sob a forma de espelhos refletores da sua imagem e semelhança. Assim:

Identificar-se etnicamente seria, na forma pura, o ato, por parte de pessoas ou grupos, de reconhecimento, em outros, de valores e ideias com componentes étnicos. Além de características físicas raciais como cor da pele, tipo de cabelo, etc., podem ser considerados elementos de identidade étnica ou componentes étnicos, traços culturais comportamentais comuns como atitude, fala, sotaque, entonação e timbre de voz, ou mesmo práticas atribuídas a ancestrais e herdadas por atavismo (ALAKIJA, 2012, p.120).

A autora defende que no Brasil, “o mecanismo mundial da informação vertical muito incidiu na formação de padrões culturais, da estética e da linguagem bem distantes da realidade de valores e ideias da população de ascendência africana” (ALAKIJA, 2012, p. 122). Além disso, o mito do Brasil como um país onde reina a democracia racial surge principalmente a partir de 1964, com a ascensão do governo militar, que reproduz o modelo de comunicação globalizado.

Para a autora, A TV é tradicionalmente tida como um dos veículos mais preconceituosos e intolerantes, visto que dissemina ideias de superioridade e inferioridade racial que influencia negativamente a opinião pública, com pessoas negras presentes no noticiário policial, associadas à marginalidade, à pobreza e à violência. Porém, nos últimos anos esse meio de comunicação, mesmo que com objetivos comerciais, passou a incluir atores negros como protagonistas em telenovelas, a mais popular forma de dramaturgia brasileira e da venda da imagem da cultura brasileira no exterior.

Por fim, Alakija (2012, p. 142) defende, como solução para o problema histórico que interliga as mídias ao racismo, “a necessidade de mudança desses padrões através do uso social das novas tecnologias, voltadas para o fortalecimento da autoestima da população afro-brasileira, prevendo a incorporação de qualidades e atitudes positivas no discurso midiático”.

2.2 GÊNERO

2.2.1. A FEMINIZAÇÃO DO JORNALISMO

A progressiva entrada de mulheres nas redações jornalísticas ao redor do globo marca a crescente feminização da profissão ao longo das últimas décadas, como destaca Thales Lelo (2019). Comparativamente, em 1995 as jornalistas representavam 28% dos profissionais do setor mundialmente, e em 2009 esse número se elevou para 37%. No Brasil, no período de 1986 a 2001, o mesmo fenômeno é identificado, e justificado pela inserção gradual da mulher no mercado de trabalho. Com isso, avançamos até os dias atuais, quando a mulher jornalista já é maioria nas redações do país.

Porém, Lelo (2019) defende que a mera paridade entre mulheres e homens nas redações não necessariamente corresponde à igualdade de condições ou a um comportamento

isonômico das organizações. Isso porque a feminização no mundo do trabalho dos jornalistas realça injustiças que atingem as mulheres, em um setor marcado por transformações, o que: “permite-nos apreender, ademais da histórica condição de desprivilegio das mulheres nesse setor ocupacional, a proeminente precariedade experimentada pelas repórteres em face de seus colegas homens em um cenário de reestruturações nas empresas de comunicação” (LELO, 2019).

No campo jornalístico, o autor reforça que a divisão sexual do trabalho influencia a assimetria de gênero nos vínculos empregatícios das empresas jornalísticas, assim como no abandono da profissão pelas mulheres, que precisam conciliar suas jornadas com uma sobrecarga de atividades domésticas e familiares, e acabam segregadas aos cargos de menor prestígio. Além disso,

Seja na apuração de informações, no contato com fontes ou mesmo participando de acontecimentos sociais, as mulheres são frequentemente (e relacionalmente) qualificadas por estereótipos de gênero que prejudicam sua integridade moral e física ou, mesmo, adicionam obstáculos injustos que dificultam a realização de suas atividades enquanto jornalistas (LELO, 2019).

Assim, entre esses obstáculos, encontra-se um aspecto que, segundo Lelo (2019), deve ser ressaltado a nível global: a dificuldade das repórteres em conciliar o exercício da profissão com seus projetos familiares, diante da exigência cada vez mais acentuada de sacrificar os períodos de descanso, e a discriminação sofrida por mulheres casadas e com filhos no ambiente das redações jornalísticas.

Uma vez que as mulheres assumem a gestão das atividades domésticas com maior frequência que os homens, é mais recorrente que se submetam a contratos flexíveis e intermitentes no intuito de adequarem suas tarefas profissionais à dupla jornada de trabalho. [...] Isso corresponde a um enxugamento ainda mais expressivo dos tempos de lazer, com sobrecarga de responsabilidades e acentuação de desgaste físico e psicológico (LELO, 2019).

Essa sobrecarga impacta diretamente na tentativa dessas mulheres jornalistas, especialmente as com filhos, de conciliar as demandas do trabalho com as atividades das crianças, o que resulta, conforme Lelo (2019), na adoção quase compulsória da atividade de *freelancer* no mercado jornalístico. E o pesquisador também destaca, sustentado por Leite (2017), que as mulheres jornalistas também estão mais predispostas a abandonarem seus empregos para se dedicarem exclusivamente a uma possível gravidez, e encontram barreiras quando desejam se reintegrar aos quadros funcionais.

Outros marcadores globais das desigualdades de gênero, ressaltados por Lelo (2019), no que diz respeito às culturas organizacionais do mercado jornalístico são: o tratamento com tom paternalista recebido pelas mulheres da parte de colegas e chefes; a segregação na atribuição de tarefas, com a justificativa de que as jornalistas não se enquadram nos moldes de masculinidade presentes na redação; e, é claro, a disparidade salarial, que aumenta em proporção ao nível de escolaridade, ou seja, quanto mais elevada é a escolaridade, maior é a diferença entre homens e mulheres.

Outro fenômeno, proeminente em países como França, Suécia, Estados Unidos, Portugal e Brasil, conforme a bibliografia presente na pesquisa de Lelo (2019), é a baixa estimativa de

mulheres na categoria jornalística que consegue alcançar cargos de chefia nas empresas em que atuam.

A violência e o assédio sofridos por comunicadoras também são características que afetam as mulheres no exercício da profissão. Segundo o relatório *Violence and harassment against women in the news media: a global picture* (2014), da *International Women's Media Foundation*, 64,8% das participantes declararam que foram alvo de abuso de poder, intimidação, ameaças de difamação e humilhação, e em 31,7% dos casos o assediador se tratava de um chefe, sendo que 63,6% eram homens. Além disso, casos de assédio moral foram destacados por 47,9% das participantes, sendo mais da metade dos ofensores colegas e superiores (55,3%), e 93,8% dos casos se tratavam de homens.

Como se não bastassem tais exemplos de violência, Rocha (2007) e Lelo (2019) salientam que, em alguns veículos, especialmente quando se trata do telejornalismo e da televisão, as jornalistas também são julgadas de acordo com padrões estéticos vigentes. “Mulheres negras, gordas ou tidas como feias encontram mais dificuldades de ingressarem no mercado de trabalho como repórteres em emissoras de televisão” (ROCHA, 2007, p. 129-130).

Assim, o autor conclui a exposição da problemática demonstrando a postura omissa das empresas de mídia, que sistematicamente se recusam a incluir políticas de repressão ao assédio e a oferecer assistência psicológica e jurídica às mulheres vítimas de injustiças, violências e desigualdades no trabalho. Dessa forma, Lelo (2019) conclui que:

É fundamental que não confundamos as reações das mulheres jornalistas às injustiças que as afetam diariamente no mundo do trabalho com a ilusória euforia de que a gradual feminização das redações conduz mecanicamente à isonomia de condições entre homens e mulheres no jornalismo, tal como defende uma seara de investigações dedicada a refletir com excessivo otimismo as consequências da crescente presença de comunicadoras nas empresas de mídia (LELO, 2019).

2.2.2. O JORNALISMO E A DESIGUALDADE DE GÊNERO

O levantamento *Desigualdade de Gênero no Jornalismo*, realizado em 2016 pelo Coletivo das Mulheres Jornalistas do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal (SJPDF), que contou com a participação de 535 profissionais, revelou que 86,4% das jornalistas acreditavam que as mulheres negras têm menos oportunidades, revelando a falta de representação das jornalistas pretas na profissão.

Além disso, 77,9% das respondentes disseram ter sofrido algum tipo de assédio moral por parte de colegas ou superiores diretos. Um número maior ainda, 78,5%, foi registrado quando as mulheres revelaram que já enfrentaram algum tipo de atitude machista durante as entrevistas. E mais de 70% delas já deixaram de ser designadas à uma pauta pelo fato de serem mulheres. A pesquisa aponta, ainda, que 61,5% das jornalistas recebem menos que os seus colegas de trabalho, mesmo se exercerem as mesmas funções que ele. A coordenadora-geral do SJPDF, Leonor Costa, constatou os esforços do sindicato na luta para reverter o cenário apresentado no levantamento:

Os dados da pesquisa revelam que ainda precisamos avançar muito no que se refere aos direitos das jornalistas, que, como em outras categorias de

trabalhadores, ainda sofrem com a desigualdade em relação aos colegas homens. Além da disparidade salarial, enfrentamos, ainda, os assédios moral e sexual, ambos fruto da cultura machista da sociedade patriarcal. Sem falar no racismo, que é um agravante para as trabalhadoras negras (COSTA, 2016).

2.3. TELEVISÃO

2.3.1. A AUDIÊNCIA DA TELEVISÃO

A TV é o meio de comunicação de maior penetração no Brasil. É o que mostram dados do infográfico *O consumidor de mídia brasileiro*, do Kantar IBOPE Media (2015), sobre hábitos e comportamento do consumo de mídia no Brasil em 2015. Segundo o infográfico, noticiários, filmes e novelas são a principal programação assistida pelo telespectador brasileiro. Além disso, a mesma pesquisa mostra que o tempo diário de consumo de televisão é de 4 horas e 28 minutos.

Podemos encontrar dados semelhantes na Pesquisa Brasileira de Mídias (2015), realizada pelo IBOPE Inteligência, para o Governo Federal. O relatório final da pesquisa mostrou que, em uma amostra total de 18.312 respondentes, 74% usam mais a TV como principal meio de comunicação. Além disso, 74% dos entrevistados usam a TV como meio de comunicação para se informar sobre o que acontece no Brasil. Dentro da mesma base de respondentes, a pesquisa constatou que 73% assistem TV todos os dias da semana.

O mesmo estudo também revela que, considerando a amostra base de 17.497 respondentes que de fato assistem TV, 79% assistem TV para se informar e saber das notícias. Utilizando a mesma amostra base, a pesquisa comprovou que 17% dos entrevistados confiam sempre e 36% confiam muitas vezes nas notícias da TV, dados que, somados, representam um índice de 53% de confiança, contra 39% que confiam poucas vezes e 6% que nunca confiam nas notícias da TV.

E faz-se necessário destacar um último dado, presente na Pesquisa Brasileira de Mídia, relevante para este artigo: 98% dos entrevistados costumam assistir TV por meio do aparelho tradicional. Dos 18.312 entrevistados pela pesquisa, 42% se autodeclararam pardos e 13% se autodeclararam pretos, portanto, a pesquisa contou com uma amostragem de 55% de negros e negras brasileiras, número que representa, de forma fidedigna, a população negra brasileira, conforme dados do IBGE previamente mencionados nesta pesquisa.

Se a TV é um dos meios mais importantes no Brasil, faz-se necessário também entender se o público confia em notícias e outras informações transmitidas em programas de TV. Por isso, o Kantar IBOPE Media produziu, em 2020, um infográfico intitulado *Dimension 2020: A Mídia & Eu*. Realizado com uma amostra de 8 mil consumidores conectados, em oito mercados (Argentina, Brasil, China, França, Alemanha, Espanha, Reino Unido e EUA), o relatório mostrou que a confiança dos respondentes em programas de TV é de 31%, enquanto o índice de não confiança é de 14%.

O infográfico *A Mídia & Eu* (2020) também mostra que, apesar da forte incidência das redes sociais e serviços de streaming - como *Netflix*, *Amazon Prime* e *Globo Play* - a televisão tradicional não perde sua força: 97% dos respondentes assistem televisão em um aparelho de TV. Entre os que assistem televisão em um aparelho de TV, utilizando um

dispositivo conectado à Internet, estão 77% do público presente em todos os mercados e 88% do público com faixa etária entre 18 e 34 anos. Esses dados demonstram a importância e influência que a televisão possui, mantendo sua liderança em audiência, se colocada em perspectiva comparativa com outras mídias.

2.3.2. TELEJORNALISMO NO DF

O jornalismo de Brasília nasceu em 1960 com a cidade e a transferência da capital federal do Rio de Janeiro. Durante os primeiros 30 anos, em meio a ditadura militar, segundo Lima (1997), a principal pauta do jornalismo de Brasília foi a capital federal e a sede dos três poderes da República, o que constitui, assim, um "jornalismo oficial" desde o princípio. Além disso, Lima (1997) defende a existência de um tipo de jornalismo local especializado, destinado à elite política e social de Brasília. "Pode-se afirmar que esse jornalismo especializado é quase uma extensão do colunismo social da "grande imprensa" local: sobre as elites e para elas, esse jornalismo só pode existir pela condição de Brasília ser sede dos Poderes da República e das representações diplomáticas" (LIMA, 1997, p. 209).

As emissoras de TV se instalaram em Brasília a partir do convite do então presidente Juscelino Kubitschek, para mostrar ao resto do país os acontecimentos políticos da nova capital, nos palácios, ministérios e no Congresso Nacional. JK iniciou o projeto de instalação de cabos de transmissão por fibra óptica, que interligam Brasília, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, e, assim, inaugurou a transmissão à distância, ao vivo. Esse esforço, segundo De Paula (2013), veio da necessidade de abastecer o desejo político, de fortalecer a imagem de um governo de mudanças com a nova capital federal.

Dessa forma, ao longo de quase 30 anos, a principal pauta do jornalismo de Brasília foi a ação do governo federal e, sobretudo, a atuação do Poder Executivo. E foi assim que, "ao contrário de outras capitais brasileiras, o jornalismo local de Brasília constituiu-se e desenvolveu-se - predominantemente - como jornalismo nacional" (LIMA, 1997, p. 210). Assim, o jornalismo e a prática jornalística profissional do jornalista em Brasília são marcados pela proximidade do poder político central. Para Lima (1997), essa característica definiu limites históricos de representação de uma "realidade oficial" na produção da notícia. "Constituiu-se, então, uma subcultura própria que poderia ser chamada de "subcultura profissional do jornalismo oficial" e que tem permeado a prática profissional do jornalista e o jornalismo de Brasília" (LIMA, 1997, p. 211).

Lima (1997), lembra que essa prática deve-se, também, ao fato de que a mídia de Brasília, em função das características administrativas da capital, depende de verba publicitária dos governos federal e local, relevantes para sua manutenção econômico-financeira. Além disso, o autor destaca, como características dos telejornais brasilienses, a cobertura de aspectos "positivos" da realidade social e de ações independentes da sociedade civil para solução de problemas. E enfatiza a cobertura de problemas ligados à violência, segurança, trânsito, saúde pública, educação e moradia da população. Ideia semelhante é compartilhada por De Paula (2013), quando defende que "a televisão em Brasília desenvolve-se principalmente voltada para o jornalismo e o retrato nacional e até mesmo regional, é feito basicamente sobre política e violência" (DE PAULA, 2013, p. 12).

No que tange o aspecto da violência na cobertura noticiosa telejornalística do Distrito Federal, Monteiro (2020), destaca como 40% das matérias exibidas no programa *DF*

Alerta, da TV Brasília, apresentam fatos ocorridos no entorno do DF. Segundo Monteiro (2020), tal fato deve-se à influência desses municípios no cotidiano do DF e vice-versa. Além disso, o autor observou que as cidades recorrentes nas reportagens possuem alto índice de crimes violentos. Dessa forma, Monteiro (2020) lança a hipótese de que:

Os espectadores, em sua maioria, residentes do DF, podem formar uma compreensão de que o cotidiano das cidades que habitam seja mais violento do que o são de fato. Não se negam os altos índices de criminalidade no DF. O que se argumenta é que ser bombardeado de notícias de crimes violentos de diversos outros municípios pode misturar a compreensão acerca da realidade da segurança local e elevar o sentimento de insegurança (MONTEIRO, 2020, p. 838).

Como demonstra Monteiro (2020), neste telejornal – *DF Alerta* – especializado na cobertura de crimes violentos, em 76% das reportagens, o acusado retratado é negro. Com relação à faixa etária, ao gênero e à raça, a representação da população incriminada no programa é masculina (90%), menor de 29 anos (70%) e negra (76%). Assim, o autor defende que:

A mídia é uma fonte de informação que contribui para a criação de representações sociais que, por sua vez, orientarão condutas diante do mundo social, assim como o entendimento dos indivíduos sobre a realidade na qual estão inseridos. Consideramos que esse tipo de jornalismo contribui para reforçar a formação de representações sociais que fomentam o imaginário sobre o perfil do criminoso no Brasil como majoritariamente de homens jovens e negros (MONTEIRO, 2020, p. 841).

E, finalmente, quanto à representação política, De Paula (2013), relembra que, pela obrigatoriedade de ampla cobertura dos acontecimentos políticos federais para as redes, não sobra muito tempo para os telejornais do Distrito Federal, no que diz respeito à produção de conteúdo genuinamente local. “Na capital do país, as emissoras majoritariamente se detêm a usar o espaço de programação local com telejornais, programas de esporte e religião, que pouco se diferenciam do que é feito em rede” (DE PAULA, 2013, p. 8).

2.3.3. TELEJORNALISMO E A REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE

Dentro desta pesquisa, o foco se dá na produção telejornalística. Um dos principais motivos para a escolha é a influência da televisão e do telejornalismo na vida de brasileiros e brasileiras. É o que dizem os pesquisadores Alfredo Vizeu e João Carlos Correia (2007), ao demonstrarem que o campo jornalístico ocupa um lugar central na construção da realidade. Segundo os autores, “os telejornais cumprem uma função de sistematizar, organizar, classificar e hierarquizar a realidade. Dessa forma contribuem para uma organização do mundo circundante” (VIZEU E CORREIA, 2007, p. 5).

A partir disso, Vizeu (2006) define quatro funções do Jornalismo: exotérica, didática, de familiarização e de segurança. Os autores definem que o jornalismo ocupa um lugar de referência e de orientação na sociedade. De acordo com Alfredo Vizeu e João Carlos Correia (2007):

A televisão no cotidiano das pessoas representaria esse objeto transicional, uma espécie de referência, de estabilidade, diante da violência, da insegurança e da complexidade do cotidiano. Os telejornais funcionariam como uma janela para a realidade, mostrando que o mundo circundante existe, está lá e tudo não se

transformou num caos, a vida segue a sua normalidade (VIZEU E CORREIA, 2007, p. 13).

Dessa forma, os pesquisadores descrevem o jornalismo, sobretudo o televisivo, como uma “fábrica que tem como uma das suas preocupações tornar comum e real algo que é incomum (não familiar), ou que nos dá um sentimento de não familiaridade” (VIZEU E CORREIA, 2007, p.14).

Ideia semelhante é compartilhada pela pesquisadora Soraya Maria Ferreira (2001), quando constata que a repetição está presente em abundância na televisão e ganha força nos telejornais. Um dos aspectos dessa característica repetição dos telejornais é a exibição periódica dos programas jornalísticos, que, por sua vez, “acaba fazendo parte do calendário do espectador, conferindo-lhe o conforto e a certeza da presença, o que gera, conseqüentemente, o hábito, a audiência” (FERREIRA, 2001, p. 9). A autora destaca que as repetições no telejornalismo são usadas para inserir o “interlocutor-você” no diálogo e no tempo da apresentação. Além disso,

No telejornal os significados se constroem na medida em que o programa ordena o dia-a-dia, traduzindo os signos naturais, os fenômenos, em algo a princípio imaterial e estético, a imagem, que evoca coerência, talvez devido ao controle dado na narrativa televisual. Enfim, o telejornal é uma linearização dos sentidos, uma regulação dos significados para aquilo que acontece, e que impõe uma validade para sua tradução dos fenômenos, dos fatos. Nesse caso, são as imagens, os sons, as falas que movimentam e constroem os significados vivenciados no vídeo (FERREIRA, 2001, p. 18).

A mesma autora chama atenção para a repetição em abundância como uma identidade das emissoras de televisão, quando explica que a reprodução televisiva está inserida em um contexto que direciona os sentidos para a interlocução e a interação, ou seja, para a participação ativa do telespectador no processo de percepção e construção das linguagens utilizadas neste meio. Dessa forma:

O mercado televisual, ao gerar a cópia e seus produtos, já o faz com uma marca, um selo de credibilidade, uma vez que se conta com a certeza da aceitação pelo público já habituado àquela estética, àquela narrativa. Com isso, a quebra de padrões na televisão acaba se tornando o padrão, que por sua vez vira cópia. Há um constante diálogo da televisão com ela mesma (FERREIRA, 2002, p. 5).

2.3.4. TELEJORNALISMO E A AUSÊNCIA DE REPRESENTATIVIDADE

A partir dos aspectos e conceitos acima mencionados, podemos entender o telejornalismo como um lugar de construção da realidade e o racismo como a hierarquização das raças baseada em diferenças culturais, identitárias, intelectuais, morais, etc. Podemos considerar, também, que a repetição é uma característica fortemente presente em telejornais. Dentro desse contexto, os pesquisadores Claudia Rosa Acevedo e Luiz Valério Trindade (2011), afirmam que a mídia desempenha um papel importante na sociedade como agente que atua em torno da produção de discursos. Além disso:

[...] Uma vez que ela contribui fortemente na construção e reforço de representações sociais, é por seu intermédio que os diferentes grupos sociais obtêm reconhecimento, visibilidade e afirmação de sua identidade (ACEVEDO E TRINDADE, 2011, p. 94).

Se a mídia é um meio para garantir reconhecimento, visibilidade e afirmação da identidade de diversos grupos, a ausência ou sub-representação desses grupos na própria mídia pode desencadear em um efeito reverso na construção das representações sociais. Assim, Acevedo e Trindade (2011) defendem que dois fatores contribuem para a enorme invisibilidade de profissionais negros no telejornalismo: a estética dos telejornais ser predominante composta por apresentadores e jornalistas brancos e o modelo de repetição adotado pelas emissoras de televisão.

Na pesquisa *Análise de ausência de diversidade étnica nos telejornais brasileiros* (2011), Acevedo e Trindade analisaram os conteúdos dos principais telejornais de emissoras de sinal aberto e, a partir de uma amostra de 65 apresentadores, constataram que a participação de jornalistas negros como apresentadores é de 6,15%, enquanto a de jornalistas brancos corresponde a 93,85%.

Desta forma, os autores do artigo identificaram a “caracterização de uma elevada assimetria de representações sociais” (ACEVEDO E TRINDADE, 2011, p. 102), considerando a sub-representação de profissionais negros como apresentadores de telejornais e a superexposição de indivíduos brancos como apresentadores. Esta predominância de jornalistas brancos como apresentadores de telejornais pode ser classificada como “hiper-representação racial”. Assim, a ausência de representação de jornalistas negros em programas jornalísticos implica na perda de autoestima desses profissionais, por não se verem representados na televisão (ARAÚJO, 2007 apud ACEVEDO E TRINDADE, 2011).

Ainda dentro desse mesmo contexto, as pesquisadoras Tainne de Lima Gomes e Valquiria Aparecida Passos Kneipp (2020), analisaram o debute da jornalista Maria Júlia Coutinho na bancada do Jornal Nacional, da TV Globo, em 2019, devido à repercussão provocada nas redes sociais, fato este que está diretamente ligado à falta de representatividade do negro na televisão. Segundo as autoras, entende-se por representatividade racial no telejornalismo “que as identidades étnico-raciais presentes da formação do povo brasileiro estejam contempladas na tela dos noticiários, como uma forma de identificação entre emissor e espectador” (GOMES E KNEIPP, 2020, p. 40).

Após breve análise da repercussão online sobre a primeira mulher negra a ocupar a bancada do JN, Gomes e Kneipp (2020) evidenciam dois pontos fundamentais. O primeiro diz respeito à falta de representatividade da população negra em espaços de ampla visibilidade, como, no contexto do artigo, é a bancada do Jornal Nacional. O segundo levanta o debate sobre as maiores oportunidades de brancos em relação aos negros no mercado de trabalho.

2.4. PROFISSÃO

2.4.1. OS NÚMEROS DE JORNALISTAS NEGROS NO BRASIL

Segundo a pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho* (2021), coordenada pelo pesquisador Samuel Lima, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a presença de pessoas negras entre jornalistas no Brasil cresceu de 23% em 2012 para 30% em 2021. Porém, o percentual de negros entre os jornalistas continua inferior à presença de pretos e pardos no Brasil. A pesquisa foi realizada por meio de enquête respondida por 7.029 jornalistas, com margem de erro inferior a 2%.

Os autores da pesquisa acreditam que o aumento de pessoas negras na profissão é “resultante da combinação entre cotas nas universidades, ações por mais diversidade no mercado e autoidentificação impulsionada pelo avanço das lutas antirracistas na sociedade na última década” (2021). Entretanto, o perfil majoritário dos jornalistas brasileiros continua sendo o de mulheres (58%), brancas (68%), solteiras (53%), com até 40 anos, semelhante ao público do estudo anterior, de 2012.

De acordo com a primeira versão da mesma pesquisa, de 2012, os pretos representam apenas 5% dos jornalistas no Brasil e os pardos são 18%, o que, somado, representa apenas 23% de negros atuando como jornalistas no país. Enquanto isso, os brancos representaram a grande maioria, correspondendo a 72% dos jornalistas brasileiros. O estudo também mostra que a porcentagem de jornalistas que trabalham fora da mídia é um pouco maior que nos outros segmentos, chegando a 27,2%, sendo que 21,7% são pardos e apenas 5,5% se autodeclararam pretos. Os percentuais de representação desses profissionais são baixos, considerando a realidade brasileira, isso porque, segundo Prudente (2020), dados do IBGE, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), demonstram que aproximadamente 54% da população brasileira é negra.

Quando observamos o recorte de gênero, 64% dos jornalistas brasileiros são do sexo feminino. Apesar disso, de acordo com o estudo, as mulheres jornalistas ganhavam menos que os homens: eram maioria em todas as faixas inferiores a cinco salários mínimos (65,5%) e minoria em todas as faixas superiores a cinco salários mínimos (31,9%). Esses dados confirmam o já exposto anteriormente, em pesquisa realizada pelo SJPDF (2016), que mostrou que 61,5% das jornalistas recebem menos que os seus colegas de trabalho, mesmo se exercerem as mesmas funções que ele. Ou seja, ambos estudos demonstram que, apesar de serem maioria na profissão, as mulheres ainda recebem salários menores que os seus colegas homens e continuam sendo minoria nas posições de comando.

Como dados complementares aos apresentados em ambas pesquisas anteriores, um levantamento organizado pelo portal *Vaidapé*, em junho de 2017, quantificou os apresentadores e as apresentadoras negros e negras da televisão brasileira. A pesquisa, realizada com as sete principais emissoras de TV aberta do país (Cultura, SBT, Rede Globo, Rede Record, RedeTV!, Gazeta e Bandeirantes), fez a checagem de 204 programas das emissoras, entre 2016 e 2017, chegando aos seguintes números: 272 apresentadores constituem as grades de programação. Desses, apenas 3,7% são negros, o que representa 10 apresentadores negros, em um universo de 261 brancos. O levantamento mostrou, ainda, que a maior diversidade racial está na RedeTV!, com pouco mais de 9% de apresentadores negros, enquanto a Record e o SBT tomam a frente no número de apresentadores brancos.

2.4.2. O TRABALHO DE JORNALISTAS NEGRAS E NEGROS NO BRASIL

As investigações sobre racismo e jornalismo foram estimuladas a partir da ascensão de políticas de ação afirmativa, que criaram cotas na graduação e, mais tarde, na pós-graduação no Brasil, como afirmam os pesquisadores Jacques Mick e Andressa Kikuti (2020). Com essas ações afirmativas, segundo Mick e Kikuti (2020), mais pessoas negras passam a compor a categoria profissional e acadêmica do jornalismo, o que estimula o debate sobre racismo e seus efeitos no mercado de trabalho. Apesar disso,

[...] pessoas negras continuam sendo minoria no jornalismo, ganhando salários menores do que seus colegas brancos e tendo menos oportunidades de subir nas carreiras, e as pesquisas dedicadas ao problema do racismo na profissão de jornalista ainda são raras (MICK E KIKUTI, 2020, p. 223).

O exposto no trecho acima é confirmado por dados colhidos na pesquisa anteriormente citada, que demonstra que apenas 30% dos jornalistas brasileiros são pessoas negras (UFSC, 2021). É a partir da interseccionalidade de marcadores sociais como gênero, raça, classe e território, que os efeitos deles podem ser melhor percebidos nos profissionais de jornalismo:

Morar distante das áreas centrais das grandes cidades, não graduar-se em escolas de jornalismo de elite, ter de trabalhar enquanto estuda, ser mulher e acumular atividades domésticas/de cuidado, ser negro(a) e pertencer à classe média-baixa são fatores que dificultam e diferenciam a entrada e a permanência desses(as) jornalistas na profissão (MICK E KIKUTI, 2020, p. 223).

Com isso, segundo os autores, muitos desses profissionais, sem a perspectiva de trabalhar em empresas tradicionais de mídia, acabam produzindo jornalismo voltado para suas comunidades, atuando nas próprias periferias onde moram. Como consequência, “a afirmação do vínculo com os territórios periféricos é parte constitutiva da identidade profissional desses jornalistas, que demarcadamente se afastam do jornalismo tradicional, característico das áreas centrais” (MICK E KIKUTI, 2020, p. 223).

De acordo com Mick e Kikuti (2020), a expansão da oferta de ensino superior colaborou para que mais pessoas negras passassem a atuar como jornalistas nas mídias e fora delas, embora em quantidade ainda inferior à presença de pretos e pardos na população brasileira, como já exposto anteriormente. Com isso, os pesquisadores concluem que a discriminação marcada no trabalho jornalístico vem de alicerces históricos nos quais o próprio campo do jornalismo foi e é estruturado.

Dessa forma, é possível constatar que: “com mais mulheres e pessoas negras, o jornalismo de fato tornou-se mais diversificado, sem contudo reverter padrões cristalizados pela dominação masculina” (MICK E KIKUTI, 2020, p. 229). Tal constatação dos autores é corroborada por dados encontrados na pesquisa do SJPDF (2016), já mencionada, em que 78,5% das mulheres jornalistas revelaram que já enfrentaram algum tipo de atitude machista durante as entrevistas.

O salário de duas mulheres negras corresponde ao valor salarial de uma mulher branca, como apontado por Carlos Sanchotene, Mariana Pedrozo e Rosana Cabral Zucolo (2018). Assim, a ausência de jornalistas negras em redações nada mais é do que um retrato do preconceito e discriminação existentes no Brasil, além, é claro, da presença de estereótipos presentes na sociedade como um todo e, sobretudo, na televisão nacional, como afirmam Sanchotene, Pedrozo e Zucolo (2018).

Soma-se a isso, os raros casos de especialistas negros entrevistados em matérias de economia e política, como exposto pela jornalista Ana Claudia Mielke (2017), isso porque:

A lógica dos comentaristas segue sendo a da meritocracia: escreve sobre um tema ou responde sobre determinadas questões apenas aqueles que alcançaram um nível de elevada qualidade “técnica” ou “intelectual” – nada mais conveniente para uma

sociedade que sempre alijou seus negros do acesso a essa suposta qualificação (MIELKE, 2017).

Apesar do preconceito, racismo, discriminação e meritocracia dificultarem a entrada de jornalistas negros no mercado de trabalho, Mielke (2017) defende que alguns avanços podem ser notados, impulsionados em sua maioria por ações do movimento negro e pelo empoderamento de jovens negros de periferias. De acordo com a jornalista, corroboram para tornar este cenário realidade “a adoção de cotas nas universidades, as organizações de cursinhos populares negros nas periferias e a produção de políticas de inclusão em âmbito federal” (MIELKE, 2017).

3. METODOLOGIA

Para cumprir o objetivo desta pesquisa, foi necessário trilhar o percurso metodológico que listo em seguida, desenvolvido de forma a analisar a perspectiva de quatro telejornalistas negras do Distrito Federal, que desempenham a atividade profissional sob a ação de um “triplo teto de vidro”, com características específicas de gênero, raça e classe para as mulheres negras.

Inicialmente, a pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica em artigos acadêmicos, livros, monografias e dissertações, que visa o aprofundamento de assuntos-chave abordados ao longo do trabalho, como o entendimento dos conceitos de raça, racismo e identidade; desigualdade de gênero e a feminização do jornalismo; telejornalismo e a representação da realidade; bem como dados sobre a baixa presença de negros no telejornalismo; o perfil do jornalista brasileiro; a audiência da televisão; o jornalismo no Distrito Federal; entre outras temáticas presentes na pesquisa.

Em seguida, para dar continuidade e atingir os objetivos da pesquisa, foi necessário realizar entrevistas com jornalistas negras que atuam no telejornalismo do Distrito Federal. A entrevista, segundo Gil (2008), é uma forma de interação social em formato de diálogo assimétrico, no qual uma das partes deseja coletar dados e a outra é a fonte de informação. Assim, o investigador se apresenta diante do entrevistado e lhe faz perguntas, com o objetivo de obter dados que interessam à investigação. Portanto, enquanto técnica de coleta de dados, citando Gil (2008), “a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram” (GIL, 2008. p. 109).

Para esta pesquisa, foi realizada a entrevista classificada por Gil (2008) como focalizada. Com enfoque em um tema bem específico, a entrevista focalizada é comumente utilizada com grupos de pessoas que passaram por uma experiência específica. Nestes casos, segundo Gil (2008), o entrevistador concede ao entrevistado a liberdade para expressar-se amplamente sobre o assunto. “Este tipo de entrevista é bastante empregado em situações experimentais, com o objetivo de explorar a fundo alguma experiência vivida em condições precisas” (GIL, 2008, p. 112). Assim, essa classificação de entrevista se apresenta como a mais adequada para a condução deste artigo, visto que as quatro entrevistadas discorreram amplamente sobre as suas respectivas experiências como profissionais negras no telejornalismo do Distrito Federal.

Antes de realizar as entrevistas foi necessário entrar em contato com as profissionais. O contato foi realizado inicialmente por meio da rede social *Instagram*, em outubro de 2021. A primeira entrevista foi realizada com Talitha Oliveira, da TV Justiça, no dia 30/10/2021. Nos dias 13/02 e 14/02/2022 foram realizadas, respectivamente, as entrevistas com Basília Rodrigues e Julliana Lopes, ambas jornalistas da CNN Brasil. Por fim, foi realizada a entrevista com Karla Lucena, da TV Globo, no dia 18/03/2022. O contato inicial com esta última jornalista aconteceu no dia 12/02/2022, na rede social *WhatsApp*, por meio de indicação da primeira entrevistada. Todos os encontros foram concebidos virtualmente, via videoconferência na plataforma *Google Meet*.

Para o momento da entrevista foi elaborado um questionário¹ contemplando 13 questões de caráter subjetivo, que versam sobre os temas de racismo, gênero, profissão e telejornalismo, além de questões sobre a atuação no movimento negro e o papel da universidade na trajetória pessoal e profissional das entrevistadas. Apenas o áudio de todas as entrevistas foi captado e gravado pelo celular. Após a finalização deste último procedimento metodológico, foi realizada a decupagem dos áudios, que resultou em um documento online de 40 páginas, a partir do qual foram colhidos os resultados. No contexto deste artigo, optamos por segmentar os resultados, a partir das observações feitas nas entrevistas, nas discussões sobre: raça, gênero, raça e gênero, racismo sob a ótica da televisão, telejornalismo e profissão.

4. RESULTADOS

Os resultados deste artigo surgem a partir de análise minuciosa das respostas obtidas nas quatro entrevistas realizadas. Nas determinadas situações experimentadas por cada uma das jornalistas no campo profissional e pessoal, é possível identificar o conceito do teto de vidro gênero/raça/classe, cunhado por Dione Moura (2019). Segundo a autora:

No que concerne às particularidades da experiência sócio-histórica da mulher negra jornalista no Brasil, inserida em um processo de feminização no qual lhe cabe – até o momento – uma menor parte de direitos e no sentido de destacar que a mulher negra brasileira, logo, a jornalista negra brasileira, no mundo do trabalho, enfrenta um “teto de vidro” singular, o qual seria o que estou denominando “teto de vidro gênero/raça/classe” (MOURA, 2019, p. 314).

A primeira constatação surge em torno da questão racial: todas as profissionais descrevem o racismo como sutil e mascarado, é percebido nos pequenos detalhes, ações, falas, comportamentos e situações que elas vivem todos os dias.

Eu já presenciei colegas de trabalho negras tendo problemas voltados para o racismo. Sempre sutil, de questionar a credibilidade da jornalista por ser negra. [...] Entre os profissionais, eu especificamente, tenho que provar o tempo inteiro que eu tenho validade naquilo que eu estou fazendo (TALITHA OLIVEIRA, entrevista, 2021).

O racismo se manifesta na nossa sociedade de uma maneira muito sutil. Dificilmente você vai encontrar um chefe que vai dizer: “não vou dar essa pauta para essa pessoa porque ela é negra”, ou “não vou dar um aumento salarial para

essa pessoa porque ela é negra”. Não vai ter, porque isso é racismo, passível de punição pela lei. Agora vão ter situações em que: “não sei porque, aquele repórter negro não foi mandado para melhor matéria”, ou “não sei porque, aquele repórter negro não foi mandado para a viagem”, ou “não sei porque, aquele repórter negro não ganhou a promoção no fim do ano” (BASÍLIA RODRIGUES, entrevista 2022).

Nunca é muito claro, nunca é muito óbvio, isso a gente vai percebendo no dia a dia, acho que toda pessoa negra tem uma situação assim, e na profissão não é diferente. Uma vez, eu cheguei toda arrumada, minha equipe toda desarrumada, cansada do dia, e uma pessoa virou para mim e falou: “Quem é a repórter?”. Então existe essa barreira, da pessoa não te identificar como a repórter logo de cara, mas se fosse uma outra pessoa, qualquer mulher branca, não iria nem fazer a pergunta. [...] Mas pelo menos, comigo, nada muito explícito aconteceu, mas são as pequenas coisas que mostram como a gente ainda é visto nesse lugar de afastamento dentro da profissão (JULLIANA LOPES, entrevista, 2022).

É muito sutil essa questão do racismo. [...] Você se vê diante de ser preterida, de deixar de fazer algumas pautas. O racismo é muito real, ele está nas pequenas coisas. [...] As pessoas têm o racismo muito introduzido nelas e não reconhecem que estão reproduzindo comportamentos racistas. Isso é a população brasileira, que reflete na questão do racismo estrutural. Se a população é assim, ela vai refletir isso nos seus meios e na televisão (KARLA LUCENA, entrevista, 2022).

O segundo ponto em comum nas entrevistas surge em torno da questão de gênero. Como observa Dione Moura (2018), apesar do aumento visível no quantitativo de mulheres no jornalismo brasileiro, é visível também a desigualdade entre a quantidade de mulheres na profissão e das mesmas ocupando funções de chefia na área.

O fenômeno do aumento quantitativo de mulheres do jornalismo, pelo menos no contexto brasileiro, não tem implicado, até o momento, segunda década do século XXI, em uma igual proporção de mulheres, nem de mulheres negras, na liderança dos empreendimentos jornalísticos, o que implicaria que as mulheres ocupassem cargos de chefia, editoria, diretoria etc, nem de mulheres nas faixas salariais mais altas (MOURA E COSTA, 2018, p. 195).

Esse fenômeno é observado nas respostas das jornalistas entrevistadas. É possível observar que existe um número mais expressivo de mulheres nas redações das TVs, mas que essas dificilmente acendem a postos de comando e altos cargos nas emissoras (chefia, diretoria, coordenação, editora-chefe), em sua maioria ocupados por homens brancos.

Eu acho que a gente tem uma quantidade significativa de mulheres na reportagem, na edição. Hoje a quantidade de mulheres é muito maior, mas nas empresas que eu já trabalhei, e nas outras que eu conheço, são poucas mulheres na chefia. Na CNN, a gente tem uma CEO mulher, mas se você contar a vice-presidência, a direção, são pouquíssimas mulheres. Tem muitas mulheres, mas pouquíssimas em cargo de chefia, isso mostra a desigualdade. A gente não vê as mulheres, que estão ali desde sempre na base, assumindo lugares de direção (JULLIANA LOPES, entrevista, 2022).

Acho que se você analisar as emissoras, todas são formadas majoritariamente por mulheres, é visível. Mas ao olhar para as salas das chefias, vai ver homens brancos. Então, obviamente, a gente está crescendo em número. Mas eu acho que a gente não está crescendo a pontos mais largos, não está acendendo com

facilidade. Além de ter a diferença salarial, às vezes tem cargos iguais sendo exercidos por mulheres e homens, onde o homem ganha mais que a mulher (KARLA LUCENA, entrevista, 2022).

Recorro a conclusão de Moura e Costa (2018), quando trazem luz sobre o “teto de vidro” que impede a ascensão de jornalistas negras, interdidas por características específicas que envolvem as três dimensões de raça, gênero e classe, tais como: “menor salário, menos posições de chefia e menos presença em situações de visibilidade no jornalismo – exemplo de repórteres de TV e âncoras de telejornais – do que as jornalistas brancas”, (MOURA E COSTA, 2018, p. 203).

Dessa forma, no que diz respeito à raça e ao gênero, as mulheres e, principalmente, as mulheres negras, quando chegam realmente a ocupar a tela, enfrentam barreiras e demoram muito tempo para alcançar cargos de destaque, à exemplo de apresentadora, correspondente internacional, editora-chefe, jornalista especializada, analista, repórter especial, entre outros. Enquanto, conforme observado nas entrevistas, outras colegas não negras alcançam os postos de modo mais fácil ou rápido.

Acho que o maior desafio é literalmente dar a credibilidade, a voz, e o lugar de fala para essa mulher negra, colocar ela no lugar da protagonista. Esse é o problema, você ter que se posicionar o tempo inteiro para ter credibilidade e oportunidade de alcançar lugares que algumas conquistaram. Porque as que conquistam ou que chegaram a esse papel, tiveram que enfrentar muitas coisas para estarem ali. Provavelmente, se não fossem negras, teria sido um pouquinho mais fácil (TALITHA OLIVEIRA, entrevista, 2021).

Quando a gente vê os lugares onde estamos, a falta de profissionais negras no vídeo ou, quando as profissionais negras estão no vídeo, o tempo que elas levam para alcançar alguns lugares, o tempo que se leva para poder participar de uma bancada, por exemplo, e o tempo que outros profissionais levam para acessar esses mesmos lugares de destaque. Já é muito claro, é uma realidade minha, é uma realidade das minhas colegas de trabalho. Então, apesar de termos o mesmo perfil profissional, a mesma qualificação, leva mais tempo para acessar lugares tanto de chefia, quanto de destaque. E isso tem a ver com a questão racial e de gênero (JULLIANA LOPES, entrevista, 2022).

Você vê alguma correspondente internacional negra hoje? Você vê uma editora-chefe negra, você vê uma mulher negra na função de diretora de jornalismo das empresas, das sucursais? Não. Você vê o estereótipo, que é o comum visto: o homem branco. [...] Eu e várias amigas negras, a gente sente que tem que provar uma, duas, três, quatro, cinco vezes, que merece estar onde está. E se hoje eu estou na Globo, não é “porque eu sou negra”, é pelo tanto que eu já trabalhei, estudei, me dediquei, que me levou até este lugar (KARLA LUCENA, entrevista, 2022).

Eu tenho total compreensão do papel que eu existo hoje, de ser a única Analista de Política Negra na TV brasileira. Na Globo News tem a Flávia Oliveira, que abriu caminhos, mas o ângulo da Flávia é economia. Eu falo que ela abriu caminhos porque: quem mais você conhece que tem essa função na TV, de explicar e levar informação para os outros e é mulher negra? Não tem (BASÍLIA RODRIGUES, entrevista 2022).

Moura (2019), explana que, na prática profissional do Jornalismo, é baixa a representação de jornalistas negros e negras em locais de grande visibilidade, tais como os telejornais. Assim, ao olharmos o racismo sob a ótica da televisão, também encontramos opiniões semelhantes entre as profissionais entrevistadas. A percepção observada é que os negros, nas emissoras de TV, apesar de estarem começando a aparecer mais no vídeo, estão muitas vezes em locais de prestação de serviço – *backstage* – como: serviços gerais, portaria, segurança, limpeza, manipulação das câmeras, área técnica, entre outros exemplos.

Eu acho que o telejornalismo não reflete a sociedade brasileira quanto aos jornalistas que estão dispostos na tela, pois a maior parte é branca e é homem, e a população a maior parte é mulher e é negra, então onde estão essas pessoas? Muito provavelmente dentro da TV, essas pessoas estão na área técnica, como operadores, os negros eles estão quase sempre associados à mão de obra serviçal. Então, você vai encontrar muitos negros como porteiros, como seguranças, como serviços gerais, na operação das câmeras, operações de TV, coordenação mais técnica. [...] O telejornalismo é errático com relação à população negra, porque ao mesmo tempo que não colocam os negros na tela como repórteres e apresentadores, acabam reservando o espaço de personagem de histórias tristes, de histórias violentas, em que esse negro é a vítima ou esse negro é o bandido (BASÍLIA RODRIGUES, entrevista 2022).

Se quem contrata sabe que é importante ter a inclusão e a diversidade, ele sabe também que é necessário contratar pessoas negras, para estarem ali mostrando que, além da notícia transmitida, eles concordam com isso de uma certa maneira. Não existe ainda a representação, a gente vê os negros na técnica, dos diretores, mas na linha de frente mesmo, a gente tem mais dificuldade (TALITHA OLIVEIRA, entrevista, 2021).

Quando falamos sobre televisão e, mais especificamente, sobre o telejornalismo, de forma geral, as jornalistas entrevistadas revelam que não esperavam fazer jornalismo televisivo e aparecer na tela, logo no início de suas carreiras. As profissionais demonstraram que não achavam o “vídeo” o lugar ideal para elas dentro da profissão.

Por acaso apareceu um estágio na televisão, que não era uma coisa que eu imaginava para mim, eu achava legal, mas não era uma coisa que eu sempre quis desde o começo. Eu estava assustadíssima, porque eu não imaginava que fosse fazer vídeo, eu imaginava que eu fosse ficar por trás. Depois, analisando esse processo, eu percebi que tinha muito a ver com essa questão da gente, como mulher negra, não se imaginar ali na frente da câmera, na tela (JULLIANA LOPES, entrevista, 2022).

Nunca pensei em fazer jornalismo televisivo, porque eu não me via encaixada no telejornalismo, me via muito como jornalista de impresso. Eu acho que isso já era uma mentalidade de que eu não me encaixava no perfil padrão da televisão, mas era um formato inconsciente. Porque não é de imediato você reconhecer que existe um processo de racismo. Mas foi muito engraçado, porque a minha trajetória, desde o estágio, foi caindo na televisão (KARLA LUCENA, entrevista, 2022).

O problema da baixa representação de negros na televisão é que você não se reconhece no mercado de trabalho. Então você não tem referências de até onde pode chegar. Eu volto ao meu caso, eu nunca me vi na TV, no sentido de me imaginar na TV. [...] Claro que eu pensei: “E se eu for um dia para a TV?”, mas

eu tinha tanta certeza de mim na Rádio CBN, que eu nunca me imaginei em outro lugar (BASÍLIA RODRIGUES, entrevista 2022).

E, finalmente, sob a ótica da profissão, no que diz respeito à prática jornalística e também ao futuro de suas carreiras, as jornalistas almejam continuar avançando nos espaços da profissão e romper muitas das barreiras impostas às mulheres negras, para alcançar seus objetivos pessoais e profissionais.

Eu quero ser apresentadora, porque eu sei da minha responsabilidade social só de existir, então peguei minha habilidade pessoal que é comunicação, adoro falar, peguei a oportunidade de ser jornalista e vou virar apresentadora, quero comunicar. O espaço já está criado, agora a gente literalmente não pode ter medo. Acho que o grande problema é que o racismo paralisa a gente, a gente tem medo de enfrentar porque ninguém quer ser violentado. Uma porta vai se fechar, outra vai se abrir, mas você tem que meter as caras e não desistir (TALITHA OLIVEIRA, entrevista, 2021).

Hoje, a cada dia que passa, eu sou mais a Basília, mais eu mesma do que um padrão ditado. A Basília diante da CNN Brasil é uma profissional em evolução. E se eu impactava tantas pessoas estando na rádio, hoje eu impacto muito mais estando na televisão. O mais legal é que esse impacto não necessariamente tem a ver com a notícia, esse impacto tem a ver com o fato de eu ser negra, de eu ter o cabelo cacheado, de eu estar fora do padrão que as pessoas costumam assistir na TV. Ou seja, eu pareço com a maior parte da população, ao contrário de outras pessoas que estão aí ou que já fizeram carreira na TV (BASÍLIA RODRIGUES, entrevista 2022).

Eu já tenho para mim que desistir não é uma opção na minha lista. Não é o que eu quero passar para mim, nem para a minha filha, e não só para a minha filha, mas para todas as meninas que olham para mim e pensam: “Um dia eu vou chegar lá, um dia eu vou conseguir”. Então hoje é isso que eu quero, é isso que eu almejo (KARLA LUCENA, entrevista, 2022).

De modo geral, diante das respostas, é possível perceber que as jornalistas conseguem enxergar um avanço no que diz respeito a representatividade dos negros na televisão, mas concluem que muitas mudanças são necessárias para alcançar a igualdade.

Para Talitha Oliveira, o avanço está acontecendo, mas ainda é pouco. Na opinião dela, é preciso aproveitar o movimento da sociedade de atenção às pautas de inclusão e diversidade para incluir mais os negros em todos os espaços. Já Basília Rodrigues acredita que os mecanismos sociais de combate ao racismo não “fazem cócegas” nas barreiras que são impostas diariamente à população negra no Brasil e, por isso, é necessário “buscar a mudança e não se satisfazer com ela”, segundo Basília.

Já a Julliana Lopes, por outro lado, versa sobre a necessidade de implementar programas e ações para inclusão dos profissionais negros, como atribuição das empresas. E, finalmente, na opinião de Karla Lucena, homens e mulheres negros e negras precisam ser reconhecidos como qualificados para falarem sobre outros temas e não apenas sobre racismo. É preciso ter o reconhecimento da pessoa negra como sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A televisão ainda é um local de grande destaque entre a população brasileira. Porém, quando falamos sobre a produção telejornalística, este local de destaque, visivelmente, ainda não é ocupado por mulheres negras. Recorro a Moura e Costa (2018) ao indicar que existe um “teto de vidro” com características próprias para as jornalistas negras, ou seja, elas são mais interdidas pelo “teto de vidro” com as dimensões de raça, gênero e classe. Às mulheres negras são impostas barreiras que impedem a ascensão aos postos de decisão e lugares de destaque no telejornalismo. Neste contexto, Ribeiro (2016), defende que tais opressões colocam a mulher negra num lugar em que somente a interseccionalidade possibilita a não-negação de identidades em detrimento de outras.

Assim, por meio das respostas das jornalistas negras aos questionamentos realizados, identificamos que o racismo é visto com sutil e mascarado, raramente sendo praticado de forma explícita. E que, apesar disso, três das quatro entrevistadas revelam já terem sido reprimidas por fontes, colegas ou chefia, por serem mulheres negras. Além disso, na percepção das entrevistadas, quando as jornalistas negras chegam a ocupar a tela, levam muito mais tempo para ocupar lugares de destaque, enfrentam mais barreiras e dificuldades que outras colegas não negras.

A partir dessas constatações dá-se a importância de dar voz a essas mulheres e quebrar o silêncio que circunda essa temática, já que, como aponta Ribeiro (2016), “o silêncio em relação à realidade das mulheres negras não as coloca como sujeitos políticos”. E completa: “A invisibilidade da mulher negra dentro da pauta feminista faz com que essa mulher não tenha seus problemas sequer nomeados. E não se pensa em saídas emancipatórias para problemas que sequer foram ditos” (RIBEIRO, 2016, p. 101).

Outro ponto que merece atenção é o número expressivo de mulheres na profissão, que já são maioria no mercado de trabalho jornalístico. Mas que, conforme observado nas entrevistas, dificilmente acendem a postos de comando e altos cargos nas emissoras de TV, em sua maioria ocupados por homens brancos. E nota-se que, quando os negros estão nas emissoras de televisão, geralmente ocupam locais de prestação de serviços ou *backstage*, apesar da inclusão gradual e a passos lentos, de pessoas negras no “vídeo”.

“Numa sociedade de herança escravocrata, patriarcal e classista, cada vez mais torna-se necessário o aporte teórico e prático que o feminismo negro traz para pensarmos um novo marco civilizatório” (RIBEIRO, 2016, p. 103). Dessa forma, com base no exposto acima e nas constatações das profissionais negras entrevistadas, é possível enxergar um avanço no que diz respeito a representatividade dos negros na televisão, mas tal representação ainda é muito pequena e mudanças estruturais são necessárias para alcançar igualdade de gênero, raça e classe no telejornalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO, Claudia Rosa; TRINDADE, Luiz Valério. **Análise de ausência de diversidade étnica nos telejornais brasileiros**. Revista Alceu, ano 2011, v. 11, ed. 22, p. 90 a 108, 8 jun. 2011.

ALAKIJA, Ana. **Mídia e identidade negra**. In: DA SILVA BORGES, Roberto Carlos; BORGES, Rosane. *Mídia e Racismo*. Petrópolis, RJ: DP et Alii Editora Ltda, 2012. p. 108-153. ISBN 978-85-61593-51-3.

BATISTA LIMA, Maria. **Identidade Étnico/Racial no Brasil: Uma reflexão Teórico Metodológica**. Revista Fórum Identidades, ano 2, v. 3, p. 33-46, janeiro/junho 2008.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; DOS SANTOS, Sales Augusto; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Relações Raciais em Perspectiva**. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 12, ed. 2, p. 215-222, julho/dezembro 2009.

BRASIL, 2015. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa Brasileira de Mídia – 2015**. Relatório Final, Brasília/DF, 6 de maio de 2015.

DE PAULA, Daniela. **Satélite-DF: Brasília muito além da Esplanada dos Ministérios**. 2013. Trabalho de conclusão de curso (Comunicação Social - Jornalismo), Brasília/DF, 2013.

FERREIRA, Soraya Maria. **Existe qualidade na repetição televisual?** INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, Campo Grande/MS, setembro de 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Tainne; KNEIPP, Valquiria. **Representatividade racial: da tela do Jornal Nacional para discussões na internet**. Esferas, p. 38-49, novembro de 2020. DOI DOI: 10.31501/esf.v0i18.11791.

IBOPE MEDIA, Kantar. **Infográfico: Dimension 2020: A Mídia & Eu**. In: IBOPE MEDIA, Kantar. *Dimension 2020: A Mídia & Eu*. 10 jun. 2020.

_____. **Infográfico: O consumidor de mídia brasileiro**. In: IBOPE MEDIA, Kantar. *O consumidor de mídia brasileiro*. 2 fev. 2016.

LELO, Thales. **A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero**. Revista Estudos Feministas, 2019. DOI <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254225>.

LIMA, Venício. **Notas preliminares sobre o jornalismo da Rede Globo: um estudo de caso sobre o DF-TV**. Opinião Pública, Campinas, v. IV, ed. 3, p. p.204-222, novembro de 1997.

MICK, Jacques; KIKUTI, Andressa. **O mundo do trabalho de jornalistas no Brasil: uma agenda de pesquisa**. Plural: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, ano 2020, v. 27.2, p. p.210-239, agosto/setembro de 2020. DOI

<https://www.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2020.179830>.

_____ e LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013.

MIELKE, Ana Claudia. **Negros e mídia: invisibilidades**. Le Monde Diplomatique Brasil, n. 114, 27 mar. 2017. Série especial - Racismo na mídia e na esquerda.

MONTEIRO, Claudio Dantas. **‘Pebas’ e ‘vagabundos’: A representação midiática de criminosos no programa DF Alerta**. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 13, ed. 3, p. 827-848, 2020.

MOURA, Dione Oliveira. **Excluídas dentre as excluídas: as jornalistas negras perante o “teto de vidro gênero/raça/classe” no processo de feminização do jornalismo no Brasil**. In: BELISÁRIO, Kátia Maria; MOURA, Dione Oliveira; GUAZINA, Liziane Soares. *Gênero em Pauta: Desconstruindo violências, construindo novos caminhos*. 1ª edição. Curitiba/PR: Appris, 2019. ISBN 78-85-473-2055-3.

_____, Dione Oliveira; DA COSTA, Hallana Moreira. **Mulheres jornalistas e o “teto de vidro gênero/raça/classe” a tensionar a carreira das jornalistas negras brasileiras**. In: AGUIAR, Leonel; DA SILVA, Marcos Paulo; MARTINEZ, Monica. *Desigualdades, relações de gênero e estudos de jornalismo*. 1ª edição. ed. SÃO PAULO/SP: INTERCOM, 2018. p. 193-207. ISBN 978-85-8208-114-3.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03

_____. **Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos**. Revista USP, São Paulo, ed. n.68, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2005-2006.

PRUDENTE, Eunice. **Dados do IBGE mostram que 54% da população brasileira é negra**. Eunice Prudente destaca que a mulher negra sofre uma tripla forma de discriminação porque é mulher, negra e pobre. Jornal da USP, São Paulo, 31 jul. 2020. Rádio USP.

RIBEIRO, Djamila. **Feminismo Negro para um novo Marco Civilizatório**. Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 13, ed. 24, p. 99-104, 2016.

ROCHA, Paula Melani. **Mulher Jornalista: Relações familiares e profissionais**. Comunicación e Cidadanía, ed. 1, p. 119-134, 2007.

SANCHOTENE, Carlos; PEDROZO, Mariana; ZUCOLO, Rosana. **A mulher negra na TV e no telejornalismo gaúcho: percepções sobre gênero, raça e profissão**. Emancipação, Ponta Grossa, p. 422-436, 2018. DOI 10.5212.

SANTANA, Henrique; SALLES, Iuri. **A cor dos apresentadores de TV no Brasil: Por**

que os negros não apresentam programas de televisão. Vaidapé, 27 jun. 2017.

SJPDF. **Desigualdade de Gênero no Jornalismo.** Coletivo das Mulheres Jornalistas do Sindicato dos Jornalistas do DF, Brasília/DF, 8 mar. 2016.

SODRÉ, Muniz. **Uma genealogia das imagens do racismo.** Folha de S. Paulo, São Paulo, 19 mar. 1995. +mais!

TEMER, Ana Carolina; NUNES, Mônica. **Conteúdos culturais do telejornalismo e a presença das mulheres jornalistas.** Rumores, v. 8, ed. 16, p. 198-217, julho - dezembro 2014.

VIZEU, Alfredo; CORREIA, João Carlos. **A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência.** *In:* A sociedade do telejornalismo. 1. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007. p. p.11-28.